

190				

230

Cimi exige relatório

ABNOR GONDIM

BRASÍLIA - O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Igreja Católica, requisitou ontem do ministro da Defesa, Geraldo Quintão, o relatório confidencial da Aeronáutica sobre tensões na fronteira do Brasil com a Colômbia. O vice-presidente da entidade, Saulo Feitosa, disse que vai processar o governo se confirmar a existência de documentos oficiais que tratem da integração dos índios à sociedade nacional conforme aponta o relatório.

"A política integracionista está superada desde a Constituição de 1988 porque tratava os índios como categoria provisória a ser extinta", disse o vice-presidente do Cimi. "A Constituição estabelece o respeito aos costumes e às tradições indígenas e obriga a União a preservá-los."

O relatório, divulgado com exclusividade pelo **JORNAL DO BRASIL**, enquadra a atuação do Cimi e de organizações não-governamentais (ONGs) como fator de tensão na fronteira entre os dois países. O documento propõe uma "mudança da perspectiva estatal de integrar os índios ao ambiente social nacional para uma perspectiva de cooperação e convivência."

Na semana passada, a questão indígena da Amazônia foi abordada por comandantes militares da região durante a IV Conferência Ministerial de Defesa das Américas realizada em Manaus. O evento foi dominado

por discussões sobre o Plano Colômbia, programa de erradicação do narcotráfico apoiado pelos Estados Unidos.

Segundo Feitosa, a idéia integracionista só pode ser admitida se o documento da Aeronáutica tiver se baseado no Estatuto do Índio, elaborado em 1973 e voltado à integração do índio. "Vamos querer saber em qual documento a Aeronáutica se baseou para escrever isso", afirmou ele.

O relatório também aponta o "agravamento das tensões" na fronteira em razão de o Cimi e as ONGs defenderem a criação de reservas indígenas "supranacionais" e "intocáveis" que facilitariam o refúgio de grupos guerrilheiros como os das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). "As terras indígenas são áreas da União. Se o Estado brasileiro permite a entrada de guerrilheiros, a culpa não é dos índios", disse Feitosa.

O documento da Aeronáutica afirma ainda que o Cimi defende a "autodeterminação dos povos indígenas" e faz "combate sistemático à política indigenista do governo". Segundo o vice-presidente do Cimi, "essas informações são equivocadas". Para Feitosa, a autodeterminação dos povos não significa a criação de Estados independentes. "Queremos que os índios sejam autônomos, mas que tenham cidadania brasileira", esclareceu. "Mas também queremos que o governo cumpra a Constituição em relação aos índios."